

Prazo para entrega do informe de rendimentos acaba sábado

Empresas e instituições que não entregarem o documento estarão sujeitas a multa de R\$ 41,43

Por Martha Imenes

Empregadores e instituições financeiras têm até sábado (28) para entregar aos trabalhadores e clientes o informe de rendimentos referente ao ano-base de 2025. O documento é obrigatório para quem vai declarar o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2026 e reúne todas as informações sobre salários, benefícios e tributos pagos ao longo do ano. A data de início da declaração do IR para os contribuintes ainda não foi divulgada pelo Fisco, especula-se que comece em 16 de março.

Devem entregar o documento: empresas privadas e públicas, Microempreendedores individuais (MEIs) que tenham empregados, Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e bancos e corretoras de valores.

Sem esse documento, o con-

tribuinte corre risco de inconsistências na declaração, o que pode resultar em pendências com o Fisco. Os empregadores e instituições que não entregarem o documento no prazo estarão sujeitos a uma multa de R\$ 41,43 por documento.

Fique de olho

- Salário bruto anual
- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)
- Contribuições previdenciárias
- Benefícios como vale-alimentação e vale-refeição
- Outras deduções previstas em lei

Novas regras de isenção

Desde 1º de janeiro de 2026, trabalhadores com renda mensal de até R\$ 5 mil estão totalmente isentos do imposto. Para rendimentos de até R\$ 7.350, há uma redução gradual da tributação, com descontos maiores para valores próximos ao limite de isenção.



Sem o informe, contribuinte ficará em pendência com o Fisco

E se não receber o documento?

Os contribuintes que enfrentarem dificuldades para receber o documento dentro do período estipulado. Se o documento não for entregue, a orientação é procurar diretamente o departamento de Recursos Humanos da empresa para solicitar o informe. Outra alternativa é acessar o Portal do Meu Imposto de Renda (MIR), disponível no e-CAC da Receita Federal, utilizando o login Gov.br.

Caso o informe não esteja disponível no aplicativo Meu Imposto de Renda e a empresa não forneça o documento a tempo, o contribuinte não deve esperar indefinidamente. A entrega da declaração dentro do prazo é obrigatória e o atraso pode gerar multas.

Nessas situações, recomenda-se preencher a declaração com base nos contracheques e demonstrativos mensais já dis-

poníveis, evitando penalidades por atraso.

Normativa de 2026 ainda não saiu

A Receita Federal ainda não publicou a normativa com as regras específicas para o Imposto de Renda 2026. A expectativa é que o período de entrega comece na segunda quinzena de março e se encerre em 29 de maio, último dia útil do mês. Por via das dúvidas, é bom já separar documentos, comprovantes, informes e despesas dedutíveis.

Embora a reforma da renda e a reforma tributária já estejam em vigor, seus efeitos só serão sentidos na declaração do IR 2027 (referente ao ano-base 2026). Na prática, isso significa que o modelo de declaração que os contribuintes precisarão entregar até maio será muito parecido com o do ano passado, sem grandes mudanças estruturais, avaliam especialistas consultados pelo Correio da Manhã.

Governo Central tem superávit de R\$ 86,9 bilhões

O Governo Central – que reúne Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – registrou superávit primário de R\$ 86,9 bilhões em janeiro de 2026, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (25) pelo Tesouro Nacional. O resultado supera o saldo positivo de R\$ 85,1 bilhões no mesmo mês de 2025, mas, em termos reais, houve queda de 2,2% após o desconto da inflação.

O desempenho foi impulsionado pelo superávit conjunto de Tesouro e Banco Central, de R\$ 107,5 bilhões, compensado pelo déficit de R\$ 20,6 bilhões da Previdência Social. De acordo com o Tesouro, o resultado refletiu crescimento real de 1,2% na receita líquida (R\$ 3,3 bilhões) e de 2,9% nas despesas totais (R\$ 5,3 bilhões).

Dívida pública

Os juros altos impediram a queda da Dívida Pública Federal (DPF) em janeiro, mesmo com grande vencimento de papéis prefixados. Segundo números divulgados pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,635 trilhões em dezembro para R\$ 8,641 trilhões no mês passado, alta de 0,07%.

Em agosto do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 8 trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), divulgado em janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,3 trilhões e R\$ 10,3 trilhões.

Inflação medida pelo IPC-S desacelera em todas as sete capitais pesquisadas

Por Martha Imenes

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) da terceira quadrissemana de fevereiro de 2026 registrou alta de 0,23%, e acumula alta de 3,61% nos últimos 12 meses.

O IPC-S acompanha semanalmente a evolução dos preços ao consumidor em sete capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Em todas elas, o movimento foi de desaceleração em relação às quadrissemanas anteriores, reforçando a tendência de acomodação da inflação no início de 2026.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), responsável pela pesquisa

de preços, o decréscimo mostra o arrefecimento dos preços em diferentes segmentos da economia.

Capitais em destaque

- São Paulo (0,50%): maior taxa de variação, impulsionada principalmente pelo aumento nos preços de curso de ensino fundamental (2,89%).
- Brasília (-0,37%): menor taxa de variação, influenciada pela forte queda no subitem passagem aérea (-13,91%).

Nesta apuração, quatro das oito classes de despesa componentes do índice registraram decréscimo em suas taxas de variação. A maior contribuição para o resultado do IPC-S partiu do grupo Educação, Leitura e Recreação cuja taxa de variação passou de 1,58%, na segunda qua-



Queda no preço da gasolina contribui para aliviar a pressão

drissemana de fevereiro de 2026 para 0,33% na terceira quadrissemana de fevereiro de 2026.

Também registraram decréscimo em suas taxas de variação os grupos: Transportes (0,76% para

0,34%), Alimentação (0,34% para 0,13%) e Habitação (0,39% para 0,34%).

Em contrapartida, segundo o levantamento, os grupos Saúde e Cuidados Pessoais (0,09%

para 0,17%), Vestuário (-0,78% para -0,49%), Despesas Diversas (0,33% para 0,37%) e Comunicação (0,01% para 0,02%) apresentaram avanço em suas taxas de variação.

Segundo especialistas, a queda nos preços de passagens aéreas e combustíveis tem contribuído para aliviar a pressão inflacionária, enquanto itens ligados à educação e alimentação ainda apresentam avanços significativos neste período de volta às aulas e ajustes sazonais.

Renda

O IPC-S mede a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumidos por famílias com renda entre 1 e 33 salários mínimos mensais e funciona como termômetro da inflação no curto prazo.